



# Anais da Assembléia

Nº 02

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 04 DE MARÇO DE 1976.

ANO II

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 1976

(QUINTA - FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Otássio Pereira e Leopoldo Jacomel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Agui-naldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leo-poldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francis-co Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodri-gues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jor-ge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Mug-giati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE

#### MENSAGENS:

Curitiba, 28 de janeiro de 1976.

Mensagem nº 19/76.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo, a mediante escritura pública de doação, fazer reverter ao patrimônio do Município de Califórnia, as datas de terras nºs: 5, 6, 7, 10, 11 e 12, da Quadra nº 15, da Planta Jar-dim Sant'Ana, da cidade do mesmo nome.

Os imóveis em questão foram havidos pelo Estado através de doação feita pelo referido Município de Califórnia, conforme escritura lavrada pelo Tabelionato local, para destinação certa, ou seja a construção de prédio destinado a grupo escolar.

Não tendo a Administração Estadual utilizado tais imóveis, eis que o prédio do grupo escolar foi construído em outro local, a reversão não só é justa, como também consulta plenamente aos superiores interesses da coletividade, em face da Prefeitura de Califórnia ter esclarecido necessitar da citada área, a fim de que nela sejam construídos prédios para a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Califórnia e Club de Mães.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vos-

sa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR  
Governador do Estado

### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante escritura pública de doação, fazer reverter ao patrimônio do Mu-nicipio de Califórnia, as datas de terras nºs 5, 6, 7, 10, 11 e 12, da Quadra nº 15, da Planta Jardim Sant'Ana, da cidade do mes-mo nome, perfazendo a área total de 2.356 m<sup>2</sup>, (dois mil, tre-zentos e cinquenta e seis metros quadrados), datas essas havidas pelo Estado do Paraná, conforme escritura pública de doação lavrada às fls. 115 e 116, do livro 21-N, do Tabelionato Adelino Candeo, de Califórnia.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publica-ção, revogadas as disposições em contrário.

À Comissão de Constituição e Justiça.

Curitiba, 29 de janeiro de 1976.

Mensagem Nº 20/76.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei objetivando dar nova redação a dispositivos da lei 6517, de 2 de janeiro de 1974, que dispõe sobre a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis se faz oportuno e necessário em face da recente Lei complemen-tar Federal n.º 27, de 3 de novembro de 1975, através da qual a União, modificando a Lei Complementar 14/73, alterou a com-posição de Conselhos Deliberativos das Regiões Metropolitanas de todo o País. Assim, a medida consubstanciada através do incluso anteprojeto de lei objetiva, tão somente, adequar a lei estadual à Legislação Federal que dita normas básicas sobre a matéria, conforme aliás, prevê expressamente a Carta Magna da Nação, em seu artigo 164.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vos-sa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR  
Governador do Estado

### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O art. 4º, o art. 5º e seu parágrafo 3º da Lei 6517, de 02 de janeiro de 1974, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - A COMEC é composta dos Conselhos Delibera-tivo, presidido pelo Governador do Estado e Consultivo aludidos no art. 2º da Lei Complementar Federal 14/73, com nova reda-ção data pela Lei Complementar 27/75 e de uma Secretaria Administrativa.

Art. 5º - Em sua composição, o Conselho Deliberativo contará, além do Presidente, com 5 (cinco) membros, um dos quais será o Secretário Geral do Conselho, sendo um deles indi-cado pelo município de Curitiba e outro pelos demais municípios integrantes da Região Metropolitana, todos nomeados pelo Go-vernador do Estado.

§ 3º - O Secretário Geral do Conselho Deliberativo é o Secretário de Estado do Planejamento.”

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**A Comissão de Constituição e Justiça.**

Curitiba, 28 de janeiro de 1976.

**MENSAGEM Nº 21/76**

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais o incluso anteprojeto de lei que objetiva acrescentar ao art. 1º da lei 6593, de 15 de agosto de 1974, o inciso IV, com a redação que especifica.

A citada Lei 6593/74, dispõe sobre a gratificação de produtividade aos ocupantes de cargos que especifica, das partes permanentes dos quadros de pessoal, entre os quais aos do Poder Judiciário. O quadro de pessoal do Tribunal de Alçada deixou de figurar expressamente em tal lei, pelo simples fato de ter sido criado e provido posteriormente, o que, entretanto, não quer dizer que dois ocupantes de cargos de Contador e de Assistente Técnico do referido Tribunal, não façam jus ao benefício. O Plano de Lei objetiva, exatamente, normalizar a situação funcional daqueles servidores no que pertine ao direito ao recebimento da vantagem.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - O artigo 1º da Lei 6593, de 15 de agosto de 1974, fica acrescido do inciso IV, com a seguinte redação:

**IV - TRIBUNAL DE ALÇADA**

Carreira de Contador, no valor mensal de Cr\$ 1.100,00 (hum mil e cem cruzeiros);

Carreira de Assistente Técnico-Administrativo, no valor mensal de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros).

Parágrafo único - Aos valores contidos neste artigo aplica-se o disposto no art. 2º da Lei 6763, de 24 de dezembro de 1975.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrá à conta das verbas próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- À Comissão de Constituição e Justiça.

**MENSAGEM 22/76**

Curitiba, 05 de fevereiro de 1976

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 22 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de TERRA ROXA objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR - Governador do Estado.

- À Comissão de Constituição e Justiça

**MENSAGEM 23/76**

Curitiba, 09 de fevereiro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 23 de junho de 1975, entre o Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura, objetivando o prosseguimento dos trabalhos ligados ao Programa de Defesa Sanitária Vegetal e ao Sub-Programa Erradicação do Cancro Cítrico, no Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR - Governador do Estado.

- À Comissão de Constituição e Justiça.

**MENSAGEM 25/76.**

Curitiba, 09 de fevereiro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 16 de janeiro de 1976, pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior com o Município de JATAIZINHO, objetivando a ampliação do prédio do Grupo Escolar "Joana H. M. Borba".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR - Governador do Estado

- À Comissão de Constituição e Justiça

**MENSAGEM 26/76.**

Curitiba, 18 de fevereiro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a incorporação das gratificações de que tratam os itens II e III, do art. 173, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, aos proventos dos servidores civis do Estado, em futuras aposentadorias.

Altamente significativo, o Plano de Lei ora submetido à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, expressa, sem dúvida alguma, uma grande conquista do funcionalismo do Estado. Após o advento, como lei, da medida proposta, os funcionários que vierem a completar o tempo de serviço necessário para aposentadoria, eis que, em seus proventos de inatividade, serão incorporados os 33,33 (trinta e três, trinta e três por cento) referentes à gratificação pela prestação de serviços extraordinários. Semelhante vantagem, o Plano de Lei objetiva assegurar aos funcionários em regime de tempo integral, e dedicação exclusiva, aos quais o benefício será concedido na razão da média percebida nos últimos três anos.

Assim, o Governo do Estado, sensível às reivindicações justas do funcionalismo, vem propor, através desta Mensagem, norma legal que, sem dúvida alguma, superará o desequilíbrio financeiro sofrido por grande camada de servidores públicos em decorrência de suas aposentadorias.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR - Governador do Estado.

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Será incorporada aos proventos dos funcionários civis do Estado, em futuras aposentadorias, a gratificação de que trata o item II, do artigo 172, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.º — A incorporação estabelecida no artigo 1.º será procedida desde que o funcionário conte, ou venha a contar, com três (03) anos ininterruptos ou cinco (05) anos alternados de prestação de serviços extraordinários.

Parágrafo único — O cálculo para a incorporação será feito na base de 33,33 (trinta e três por cento) sobre os vencimentos do cargo que o funcionário estiver exercendo na data da aposentadoria, observado o disposto no item III, do artigo 140, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 3.º — A gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de que trata o item III, do artigo 172, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970 será incorporada aos proventos de futuras aposentadorias, desde que o funcionário conte com três (03) anos ininterruptos ou (5) anos alternados no mesmo regime.

Parágrafo único — O cálculo para a incorporação será feito com base no percentual médio percebido nos últimos três anos.

Art. 4.º — A incorporação de que trata a presente Lei não se aplica a funcionários em regime de acumulação de cargos.

Art. 5.º — A condição de exercício estabelecido por esta Lei, será comprovada através de certidão expedida pelo órgão competente da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

## MENSAGEM 27/76

Curitiba, 18 de fevereiro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao art. 87 e seus parágrafos, da Lei Complementar n.º 3, de 14 de maio de 1974, que dispõe sobre o ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO.

O Plano de Leis ora submetido à essa Augusta Casa de Leis é altamente significativo e consulta plenamente aos interesses da Administração, mormente aos da Polícia Civil, eis que consubstancia medida legal que virá atender justa reivindicação dos integrantes daquele importante setor de Segurança Pública, qual seja a de, uma vez atingido o tempo de serviço necessário, poderem solicitar aposentadoria sem redução em sua remuneração, por decorrência do corte de vantagens.

Assim, a medida proposta assegurará aos integrantes da Polícia Civil do Estado, por ocasião da aposentadoria, a incorporação da gratificação do tempo integral e dedicação exclusiva, calculada sobre a média do percebido nos últimos três anos. Aliás, cabe ressaltar, que a vantagem em questão, guarda, pela sua natureza, sintonia com o benefício que, através da Mensagem 26/76, desta mesma data, estou propondo em favor dos demais funcionários do Estado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1.º — O artigo 87, e seus parágrafos da Lei Complementar 3, de 14 de maio de 1974 (Estatuto da Polícia Civil), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 87 — A gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva será calculada com base nos respectivos vencimentos básicos.

§ 1.º — A gratificação de que trata este artigo será incorporada aos proventos de futuras aposentadorias do pessoal da Polícia Civil, desde que o funcionário conte com três (03) anos ininterruptos ou cinco (05) alternados no regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

§ 2.º — O cálculo para a incorporação será feita com base no percentual médio percebido nos últimos três anos.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

## MENSAGEM 28/76

Curitiba, 18 de fevereiro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 28 de janeiro de 1976, pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Estado do Interior com o Município de ALTO PIQUIRI, objetivando a ampliação de duas salas de aula no prédio onde funciona o Grupo Escolar “Bento Munhoz da Rocha Neto”, na sede daquele Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

## MENSAGEM 29/76

Curitiba, 18 de fevereiro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 28 de janeiro de 1976, pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Saúde e Bem Estar Social e do Interior com o Município de ALTÔNIA, objetivando a construção de prédio destinado à Unidade Sanitária na sede daquele Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

## REQUERIMENTO:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer ouvido o plenário que esta Casa faça chegar às mãos do Sr. ALZIRO ZARUR, Fundador e Presidente Mundial da LEGIÃO DA BOA VONTADE, expediente contendo voto de louvor da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reverenciando os milhares de “legionários” e simpatizantes dessa entidade gigantesca, pelo extraordinário e fantástico trabalho que desenvolvem melhorando o Brasil e trazendo felicidades para o nosso povo.

Requeiro outrossim, que as justificações abaixo relacionadas, acompanhem o documento solicitado.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1976.

a) VALTER PIETRÂNGELO

# JUSTIFICATIVA:

Os aplausos que solicito são necessários, Sr. Presidente, porque, exatamente no dia quatro de março do ano de 1949, nascia a LEGIÃO DA BOA VONTADE, na cidade do Rio de Janeiro, através do programa do rádio a HORA DA BOA VONTADE, de ALZIRO ZARUR.

Evidentemente que os grandes homens não buscam aplausos. Entretanto, esta Casa de Leis, que procura através da inteligência superior dos seus parlamentares, elaborar textos de Lei que aprimorem a vida de cada criatura humana; necessita gravar nos seus anais, mensagem de respeito, preito de gratidão e testemunho de fé a ALZIRO ZARUR, e a todos os legionários e simpatizantes da LEGIÃO DA BOA VONTADE, pelos exemplos de amor a Deus e ao próximo e pelas legiões de caridade real e de fraternidade pura, que irão colocar o Brasil na vanguarda do mundo.

O tempo urge. Todos nós, especialmente os legisladores, angustiadamente buscamos encontrar as soluções para a pacificação do planeta. Debatem-nos na trilha das fórmulas para acabar com os problemas da humanidade. Tudo em vão, pois que até os mais simples problemas domésticos já não conseguimos equacionar. Impotentes ficamos diante da humanidade que não compreendemos, pois os homens, de maneira inexplicável, imbecil e dolorosa, ainda se destróem em nome de Deus. Como justificar lucidez em humanos que na Irlanda matam-se porque suas maneiras são diferentes: católicas e protestantes.

Talvez a explicação esteja aqui neste Plenário, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque, desta tribuna contemplo no local mais nobre do recinto uma cruz ostentando uma imagem de Cristo. Entretanto, que enigma é este? Que contradição mais absurda e espúria é esta, que faz as religiões trazerem aos povos um líder derrotado, um Cristo inerte, pregado na madeira. Ainda não chegou o tempo dos mercantilistas tirarem Jesus da Cruz?

Para eles, ainda não, mas para os religiosos sérios, honestos e de bem, o Cristo de Deus jamais esteve enfermo, vencido e crucificado.

Na realidade, o Mestre é invencível. E é exatamente ALZIRO ZARUR, em sua linguagem popular, mas de clareza indescritível, que vem retirar o Cristo de Deus dos escombros em que foi sepultado pela ignorância dos homens e mostra-Lo como o Autêntico e único FUNDADOR E SUPREMO GOVERNANTE DESTA TERRA. Zarur proclamou desde o princípio, que Jesus é o maior Filósofo, o maior Cientista, o maior Político, o maior Gênio criador de todos os tempos deste mundo. Zarur proclamou o Cristo Invencível, Libertado e Libertador.

Ao anunciar para o mundo a RELIGIÃO DE DEUS, Alziro Zarur declara que a RELIGIÃO, FILOSOFIA, CIÊNCIA E POLÍTICA são quatro aspectos da mesma verdade - DEUS. Mostrando assim que a política e a religião filosófica e científica praticada. E ainda Zarur que afirma que "todas as outras políticas são geradas pela ignorância espiritual, mãe do comunismo humano ou materialismo ateu, e que, da religião divina surgirá, à humanidade, a política de Deus, com o munitismo divino, cujo fundamento é a Lei Universal de Reencarnação.

Além de promover a CRUZADA DE RELIGIÕES IRMANADAS, na luta constante contra o comunismo ateu e amparar as infelizes e necessitados, com o socorro material; a LEGIÃO DA BOA VONTADE semeia nas consciências o luzeiro das verdades eternas, promovendo a reeducação das mentes com os ensinamentos de CRISTO DE DEUS, nosso DIVINO MESTRE.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, preciso ainda reafirmar

que o espírito Missionário e Unificador do Sr. ALZIRO ZARUR alimenta e reflete a própria tarefa santificante da LBV. Por isto, transcrevo não somente a biografia, ainda imperfeita, de Alziro Zarur, como também esta quadra profética do "POEMA DA BUSCA INFINITA", que Zarur escreveu ainda menino:

Enigmas decifrar — eis a minha sina.  
Porque a Religião da Humanidade  
Há de ser superada, na verdade,  
Por uma Ciência ou Religião Divina.

## BIOGRAFIA:

ALZIRO ZARUR nasceu no Rio de Janeiro, a 25 de dezembro de 1914. Estudou no Colégio Pedro II e na Faculdade Nacional de Direito, mas preferiu ser doutor em EVANGELHO E APOCALIPSE, que prega há mais de 40 anos e que considera AS OBRAS MAIS IMPORTANTES DO MUNDO. Aos 15 anos, ingressou como jornalista profissional no Matutino "A PÁTRIA" de João do Rio, sob a direção de Diniz Junior. Em 1949, publicou seus "POEMAS DA ERA ATÔMICA" (duas edições de 3.000 e 10.000 exemplares, ambas imediatamente esgotadas). Publicou ainda: "A SÍNTESE FINAL", "A VOZ DO APOCALIPSE", "CAMPANHA DO BOM PENSAMENTO", "DIRETRIZES E BASES PARA O ENSINO", "JÓIAS DO AMOR UNIVERSAL", "JÓIAS DO BOM PENSAMENTO", "JORNAL DO APOCALIPSE", "JORNAL DA BOA VONTADE", "JORNAL DE DEUS", "JORNAL DO NOVO MANDAMENTO", "LBV E ESPIRITISMO", MENSAGENS DO PRESIDENTE AZ, "O UNIFICADOR", "PENSAMENTOS (desde 1949)", "RELIGIÃO DE DEUS", "REVISTA DA BOA VONTADE", "SOLDADINHOS DE DEUS", "VAMOS FALAR COM DEUS" e "VINTE E CINCO ANOS DE PIONEIRISMO".

Na Rádio Mundial, de 1956 a 1966, divulgou a Bíblia Sagrada, de meia em meia hora, durante as 24 horas do dia, fato único, em todo o mundo. Seus programas, desde primeiro de novembro de 1966, são transmitidos por diversas emissoras, ininterruptamente. Autor da CRUZADA DE RELIGIÕES IRMANADAS, em prol da Liberdade Religiosa, que se antecipou (15 anos) à tese vitoriosa do Concílio Ecumênico Vaticano II. Realizou muitos programas culturais em televisão, dentro da série "O POVO QUER SABER", respondendo sobre os mais variados assuntos. Recentemente, atendendo ao pedido de sugestões dos Senadores Petrônio Portela e Nelson Carneiro, analisou a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, baseada no maior de todos os Educadores da Humanidade: JESUS, O CRISTO DE DEUS. Sócio remido da ABI, da ABRT, um dos pioneiros do Sindicato dos Jornalistas Profissionais e tantas e tantas outras instituições respeitáveis. Recebeu das mãos do Núncio Apostólico — DOM Sebastião Baggio — a Medalha do Papa Paulo VI "por serviços prestados à causa do Ecumenismo". Em 1965 foi-lhe conferido o título de Radialista do IV Centenário, quando a cidade comemorava 400 anos de sua fundação. Recebeu também, com mais nove descendentes de sírios e libaneses (os dez mais famosos) condecoração da Liga dos Estados Árabes, das mãos do Ministro Plenipotenciário da LEA, Dr. Mansur Challita.

Alziro Zarur recebeu títulos de cidadania honorária de várias comunidades brasileiras, inclusive de Maringá, lhe outorgado pela unanimidade dos Vereadores daquela Câmara Municipal.

Mas, já declarou que não receberá títulos de mais lugar nenhum, pois se considera mero estafeta que é todo poder e toda glória: JESUS CRISTO, a quem deve ser transferidos todos os louvores.

Concluindo, Senhor Presidente, e nobres Pares, lembro e reverencio VICTOR HUGO, que declarou: "MAIS PODEROSA DO QUE TODOS OS EXÉRCITOS DO MUNDO É UMA IDÉIA CUJO TEMPO TENHA CHEGADO"

Eis que surge o tempo da seleção. O fim do ciclo. A hora do ARMAGEDON, que será a "guerra total e final em dois planos: o material e o espiritual". Aí está a IDÉIA DE ZARUR, pregando o AMOR DE DEUS em todo e qualquer relacionamento entre as criaturas e entre os povos e nações da Terra, demonstrando que somente o BEM e a BOA VONTADE, em toda a sua dimensão, nos darão "SEGURANÇA NA VIDA E SALVAÇÃO NA MORTE". JESUS está voltando trazendo o seu REINO DE JUSTIÇA. E somente ELE poderá inspirar as nossas meditações, o nosso trabalho, a nossa luta.

PIETRO UBALDI escreveu em "A grande Síntese", e Zarur mostra no seu magistral livro "Mensagem de Jesus para os Sobreviventes":

"A HUMANIDADE SE ENCONTRA NUMA ENCRUZILHADA, E NÃO LHE É MAIS POSSÍVEL FUGIR AO DILEMA: OU COMPREENDER OU SE EXTERMINAR. Não se trata de problema abstrato ou teórico, mas de problema social, individual, concreto: PROBLEMA DE VIDA OU DE MORTE. Tenho por meta a compreensão de uma LEI MAIS ELEVADA, DE AMOR E COOPERAÇÃO, QUE REUNA A TODOS VÓS POR UMA NOVA CONSCIÊNCIA UNIVERSAL E UNITÁRIA".

Somente Jesus poderá salvar o Brasil do caos que se abaterá sobre o nosso Planeta. Caos inevitável e irreversível porque está sendo forjado pela ambição desmedida dos homens, muito bem definido por ALZIRO ZARUR, nestas palavras:

"É preciso dar um BASTA formidável à religião conspurcada, à política prostituída, à filosofia mediocrizada, à ciência mercantilizada, à fé cega, ao materialismo balofo, à inversão de valores, ao dogmatismo ultrapassado, ao sectarismo luciférico, a todas as transitoriedades deste Reino de Satanás".

CARLOS CAVACO, escreveu que "JESUS ESTÁ VOLTANDO, OSTENTANDO NA CABEÇA A COROA DE ESTRELAS DO BRASIL". E todos nós devemos implorar em Prece: Que Deus nos ajude e ilumine para que tenhamos forças no sentido de superar nossas próprias imperfeições e registrar algum esforço no saneamento desta atividade que ainda é tão desleal, falsa e exclusivista: A POLÍTICA.

Somente assim é que haveremos de contemplar o BRASIL sustentando o GOVERNO MUNDIAL, plasmado na POLÍTICA DE DEUS.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao pequeno orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. presidente, Srs. Deputados.

Queremos, ao iniciarmos este novo período legislativo, fazer com que aquela presença em nossas casas no recesso parlamentar; fazer com que os reclamos a todos os Srs. Deputados, com assento nesta Casa; fazer com que aquelas ponderações da imprensa sadia e honesta deste paraná; fazer com que, este Governo, embora imbuído das melhores e maiores atenções para com o Ensino paranaense; fazer com que cada um dos Srs. Deputados desta Casa não sejam responsabilizados pela omissão, na participação do problema de Educação do Paraná, é que nos fazemos presentes na primeira reunião deste período, nesta tribuna, para transmitir inicialmente o pensamento que é nosso, o pensamento que é deste Deputado, já informando a esta Casa e a este Paraná, que nos próximos dias, a direção do nosso Partido, o MDB, e também a Liderança dos Srs. Deputados, através de uma reunião que irá ser efetivada, trará ao Paraná e ao Brasil, o posicionamento dos homens que compõem que este Partido em termos de Educação paranaense.

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos transmitir inicialmente nossa posição com relação ao famoso Decreto 1495.

Diversos articulistas da imprensa paranaense e brasileira têm mostrado que de a Educação deveria e deve ser uma das

principais metas dos governantes dos Estados e da Federação, na pessoa do Presidente Geisel.

Infelizmente, todas as iniciativas apregoadas pelo Sr. Ministro de Educação, transcritas através da imprensa nacional, não fazem valer a verdade das notícias inseridas nos jornais deste Brasil.

Fala o Ministro da Educação, de um aprimoramento na Educação brasileira, apregoa aquela pasta uma diversificação num sentido funcional, de melhoramentos na implantação da reforma do Ensino brasileiro e o que nós constatamos, mais particularmente neste Paraná, é que os Governos Federal e Estadual falam uma coisa e realizam outra.

Esse decreto, pelo que vivemos, pelo que sentimos, pelo que analisamos, e pelo que sentem todos os homens ligados à Educação paranaense, vêem que alguma coisa de errado está acontecendo com o ensino do Paraná.

Senão vejamos, Srs. Deputados, no Brasil, todos têm imaginado, têm procurado, entender de todas as coisas, quando ascendem a uma posição de comando.

Não nego, em hipótese alguma, ao político, ou a quem quer que esteja ocupando um comando administrativo — como é o caso do Paraná — que devam entender de todas as coisas possíveis.

O que não podemos concordar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que alguém que não entende nada de Educação mexa numa estrutura altamente delicada.

Aqui nesta Casa, temos a honra de um dos membros da Comissão Executiva, que ora ocupa a Presidência, ter participado diretamente na Educação paranaense. E procurou se desempenhar bem em suas funções.

Hoje, por infelicidade deste Paraná, vemos que quem lida com a Educação no Paraná, apesar de ser um homem decente, um dos mais ilustres homens públicos do Paraná, está tentando fazer alguma coisa pela Educação. Mas, sai devendo ao Paraná e, particularmente a nós, representantes que somos do povo, nesta Assembléia.

Gabriel Sampaio, que preside esta sessão, tentou de todas as maneiras solucionar os problemas da Educação, mas, não teve tempo nem condições de reformulá-los.

Temos também outro ex-Deputado, Cândido Martins de Oliveira, que hoje milita na crônica jornalística do Paraná, teve também uma participação muito boa na Educação, e tentou contribuir para a solução dos problemas da Educação, sem, contudo, conseguir resolvê-los.

Queremos relatar, nesta tarde, o que escreveu Edwino Ferreira sobre esse decreto, quando diz que os homens públicos embora imbuídos dos melhores propósitos para com a Educação e a Administração Públicas do Estado, estão carentes de muitos conhecimentos. E prova inequívoca é esse decreto.

Srs. Deputados, o homem é o resultado de sua educação. O que somos, devemos unicamente a nossos mestres.

E agora, depois do surgimento do Decreto 1495, queremos falar alto e bom som sobre o mesmo. Mas, infelizmente, não se faz presente, nesta Casa, na tarde de hoje, o ilustre líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni que, juntamente com outros Srs. Deputados e com vários Srs. Professores deste Paraná, estiveram em contacto com o Presidente da Aliança Renovadora Nacional, Afonso Alves de Camargo Neto, a fim de tentar achar uma fórmula concebível para que fôsse emendado esse Decreto 1495.

Queria invocar o testemunho daquele líder, que tem trânsito livre em todo o organograma funcional da administração pública, para saber se foram aceitas ou não as ponderações dos professores do Paraná. No meu entender não vemos professores arenistas e nem professores do MDB, vemos isto sim uma classe que está sendo massacrada por um ato governamental.

Continuando com o pensamento de Edwino Ferreira: "O Decreto simplesmente aumenta a carga de horas aulas,

sem levar em consideração o trabalho extra-classe. Com esta agravante, ao professor suplementarista não deixa outro agravante outra alternativa, ou pega 44 horas ou fica sem nada. Não considera que uma mulher — e o magistério é composto por quase só de mulheres — ou sua maioria tem também obrigações de família, ou que uma pessoa idosa ou, principalmente, adoentada não tem a condição de executar tanto trabalho".

Nessa reunião do MDB iremos levar um posicionamento como aquele que foi feito em termos de imprensa do Paraná, através do Estado, onde dá sua opinião particular e onde relata que a profissionalização do professor é o objetivo final e que deveria ser proporcionada através dos concursos de professores do Paraná.

Vemos que o Sr. Secretário de Educação do Estado que deve muito à educação, fez-se presente através de outro Secretário de Estado, mais particularmente do ilustre Secretário de Estado dos Recursos Humanos que, em programa de televisão esboçou uma explicação sobre os efeitos do Decreto, explicação essa que não convenceu a classe jornalística, não convenceu os Srs. Professores e não convenceu a nós políticos.

Iremos encaminhar requerimento a essa Mesa Executiva no sentido de fazer ver ao Sr. Governador que a sua boa vontade em tentar fazer a profissionalização dos professores, em tentar melhorar a classe dos Srs. Professores deste Estado, no sentido de fazer ver ao Sr. Governador que seu ato impensado, que seu ato mal dirigido que teve respaldo das lideranças da Arena, não do nosso Partido que não participa desta administração mas que teve o respaldo dos homens que compõe a ilustrada bancada da Arena, Sua Excelência o Governador encontrou, e encontra obstáculos de ordem até pessoal, porque vemos, através de declarações dos Senhores Deputados arenistas desta Casa, de que, este decreto não iria como não foi, de encontro com a educação do Paraná, em dado agora a Sua Excelência Governador, Sua Excelência Secretário da Educação deste Estado.

O que irão fazer agora os suplementaristas?

Como o caso nosso, que temos o respaldo político de nos fazermos presente nesta Casa pela cidade de Ponta Grossa onde temos o nosso domicílio eleitoral, onde recebemos diariamente a visita de professores que vêm a nós, mesmo sendo da Oposição, que recorrem ao ilustre Deputado David Federmann que é da situação, e não encontram apoio algum em nossas representações, como também não encontram apoio algum na Secretaria da Educação e Cultura do nosso Estado, como também não encontram apoio algum no mais alto chefe mandatário deste Paraná, Governador Jayme Canet Júnior. O que irá fazer esta gente, que se dedicou 10, 15, 20 ou 30 anos ao magistério, que não tem a sua condição legal para continuar no exercício de lecionar aulas?

Como em Ponta Grossa, e citando um nome somente, um homem afastado, que já foi diretor de uma escola estadual de nível médio, um homem que se dedica há mais de 16 anos ao magistério de Ponta Grossa e do Paraná, um homem que já tem avançada idade e já desgastado principalmente pelo exercício de lecionar aulas em nosso Estado, o que irá fazer um homem como Agostinho Jorge Gusó que tinha como profissão, o magistério, que tinha na sua agenda de trabalho, a Escola Técnica Estadual de Ponta Grossa que fez parte da sua vida, que se dedicou à direção daquele educandário que fez com que toda sua vida se voltasse à educação, até à nossa, a dos nossos filhos, a dos nossos amigos, a dos nossos irmãos do Paraná?

O que irá fazer este homem, o que irão fazer os milhares de professores suplementaristas que, por uma força de vontade de um Secretário que tenta dar uma moralização administrativa desnecessária, tenta fazer com que uma imagem distorcida da educação paranaense seja por ele posta numa imagem real e concreta?

Nós queremos, antes de conceder o aparte ao Deputado Valter Pietrângelo, que este mesmo Secretário que tenta lidar com a educação como se fosse uma empresa, que tenta fazer

valer a educação do Paraná, como se fosse uma firma igual à nossa, onde se pega, de um setor funcional de nossa indústria, 10, 20, 50, 1.000, 2.000, 5.000 empregados, qual seja o número de empregados de nossa firma, e os demite, como se fosse eles a mesma mão-de-obra, como se fosse eles o mesmo objeto de uso desta, ou daquela firma. A educação não é objeto de uso, professor não é artigo de consumo que se encontre nos mercados ou nas feiras-livres; para ser professor, é necessário, como primeira coisa, a condição humana; já pela própria natureza com que são dotados esses senhores paranaenses e brasileiros é que, mesmo com sacrifícios e abnegação, os professores se mantiveram até o dia de ontem, lecionando. Queríamos que não fossem usados como meio e como veículo industrial, à administração pública de um Estado como é o Paraná. Acima da meta...

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, não temos cátedra para falar profundamente sobre o assunto educacional, mas, temos ouvidos, Sr. Deputado, e escutamos por aí em nossa região, as lamentações, o sofrimento, a abominação que o Paraná está fazendo do Decreto 1495.

Qual será a mente privilegiada que elaborou este projeto?

Está certo, convenhamos, que ninguém pode fazer milagres, e que o Governador Jayme Canet Júnior não tem visão administrativa. Está provado que realmente não tem. Mas não é por isto e sim por uma série de outras razões. Será possível que o Sr. Governador, além de não ter visão, não tem também ouvidos para escutar os lamentos, as lamúrias dos milhares de professores injustiçados por este instrumento?

Errar, evidentemente, é humano, é admissível. Mas, persistir no erro é uma estupidez, é uma burrice, é uma atitude imperdoável. Será que foi S. Exa. o Governador que recebeu a sublime inspiração que se constitui no Decreto 1495?

Em Maringá a água da CODEMAR sujou e o Prefeito Silvio Barros acabou com a CODEMAR.

Há necessidade de acabar com este tipo de assessoria num Governo que pretende e procurar acertar. Ainda há tempo do Governo reconhecer que houve um erro, para que não cometa a estupidez de persistir neste erro.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado representante de Ponta Grossa, V. Exa. sempre tem nos brindado com pronunciamentos de relevância e, evidentemente, o tema de V. Exa. é relevante.

Nós também, logo nos primeiros dias em que vimos pela imprensa ou que fomos informados através da liderança, a respeito do decreto governamental relacionado com aulas suplementares, pensamos por alguns momentos da maneira como V. Exa. está pensando hoje, de que realmente os prejuízos de ordem pessoal para os professores haveriam de ser de grande significado.

Ainda não credenciado, mas quero, nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, dizer a V. Exa. que a ARENA, através de Sua Executiva, solicitou a presença do Secretário de Educação e Cultura, Borsari Neto para que, esclarecendo o assunto, dirimisse dúvidas que pairavam sobre — me parece — a maioria da bancada da ARENA e quase a totalidade da Executiva do Partido.

E este que vos fala, Secretário da ARENA, foi daqueles que mais arguiu o Secretário de Educação em vários pontos, inclusive no sentido humano. Porém, eu particularmente fiquei convencido, nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, de que nós, que vivemos na vida parlamentar, nosso micro-ambiente, nosso ambiente de legislador, não podemos e nem nos é possível acompanhar milimetricamente, nem mesmo eu que também sou professor, também fui professor. Não podemos acompanhar pormenorizadamente, as necessidades de uma evolução dentro da Educação.

E disse V. Exa. que professores perderam seus empregos, este argumento, esta pergunta, foram dirigidos por vários Srs. Deputados ao Sr. Secretário. Na realidade, nobre Deputado Zuk, nós também gostaríamos de que os acadêmicos, veja bem, V. Exa., não estamos falando em professores, estamos falando em acadêmicos, que exerciam as funções de professores, gostaríamos que eles continuassem no exercício de sua função, caso o Estado não tivesse condições de, nesta função, exercer o Ensino e a Educação como profissionais, já definitivamente habilitados.

Convenceu-nos S. Exa. o Sr. Secretário de Educação que se o Estado deve proporcionar o melhor na formação educacional, entre um professor formado e licenciado, habilitado, formal e informalmente; e um aluno da Universidade em alguns casos até nem alunos, eles teriam que proporcionar o melhor. E V. Exa. há de convir comigo que entre um aluno de uma Universidade, e acadêmico, que exercita a função de professor e de um Professor Licenciado, nós haveremos de estar do lado daquele, que já tem o seu curso concluído e mais do que isso, está definitivamente aplicado à sua profissão, sem necessidade, de em paralelo exercer, pelo menos, ou praticar pelo menos, o dever do estudante, de frequência de aula. E a dificuldade infelizmente de contemporizar o horário que muitas vezes, V. Exa. deve ser testemunha disso, eram superposto. Quantos alunos de Universidade, que deixaram os bancos escolares, deixaram de aprender para ensinar, muitas vezes tentando ensinar aquilo que nem sequer tinham aprendido.

Então V. Exa., no seu espírito humano, como nós outros, gostaríamos que estes empregos, os empregos não fossem perdidos por esses estudantes, que, como nós, tiveram e têm dificuldades de sobrevivência, nos bancos escolares.

Mas jamais pretender desta tribuna V. Exa. dizendo de que a Educação do Estado foi prejudicada, quando o Decreto governamental, vendo substituindo um acadêmico, um estudante por um formado. Se o Estado não tiver condições de oferecer um número suficiente de mestres, aos nossos liderados e até mesmo aos nossos filhos, nós saberemos, porque ali, nesta lacuna, estarão como estão, exercendo como haverão de estar exercendo a partir de amanhã, estas funções, nas deficiências e nas falhas apenas dos profissionais já habilitados, haverão de estar os estudantes, eles estão também credenciados na prática, no exercício do Magistério, como uma fonte apenas subsidiária no Magistério, mas não credenciados. Mas, como dizia, os estudantes terão também a oportunidade de exercer o Magistério. Não gostaríamos que eles perdessem o emprego.

Mas, é preciso que se diga que eles receberam um tratamento a exemplo de qualquer outro tipo de empregado, com aviso prévio como a Lei exige, mas não com 30 dias, mas com 90 dias de antecedência, e continuaram percebendo seus direitos, seus vencimentos.

Então, nem mesmo a legislação trabalhista deveria incidir neste caso, porque o aviso prévio do empregador foi dado. E como disse, não com 30, mas com 90 dias de antecedência.

E hoje olhamos para esse decreto de um modo diferente. E pedimos que V. Exa. também olhe nesse sentido, no sentido que o auto quis dar, nas palavras de S. Exa. o Sr. Governador do Estado e do Sr. Secretário da Educação. Embora essa fórmula não fosse muito agradável a muitos parlamentares, principalmente aos Parlamentares da ARENA, muito mais ao Deputado da ARENA do que aos Deputados do MDB.

Porque, em muitos municípios, não os de nossa influência, mas V. Exa. há de concordar que muitas injustiças eram cometidas por diretores de ginásios, quando preteriram os licenciados, habilitados, para beneficiarem seus "cupinxas". E esse tipo de procedimento, foi, muitas vezes, denunciado pelos Srs. Deputados do MDB.

E esse procedimento está coibido com esse decreto. Porque existe uma comissão independente, existe uma legislação

clara sobre o direito adquirido do mestre formado, sobre aquele que, pretendendo ser mestre, já exercita, por antecipação, essa profissão.

Desculpe, nobre Deputado, muita coisa eu poderia dizer, mas vou terminar aqui, por considerar o meu aparte bastante alongado. Mas, oportunamente, voltarei a apartear-lo.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o ilustre Deputado Quielse Crisóstomo, e queria agora, através do testemunho de S. Exa. e das notas taquigráficas, de que, realmente, nem a Comissão, da qual faz parte o ilustre Deputado, a Comissão Executiva da ARENA do Estado do Paraná, nem o Sr. Secretário de Educação deste Estado, vêem a Educação como nós sentimos.

Não temos participação eleitoreira deste ou daquele lado.

Não queremos tirar proveito eleitoral para nossa agremiação, ou dar para outro. O que queremos é o seguinte: esclarecer ao Sr. Secretário de Educação, ao Sr. Secretário da Aliança Renovadora Nacional, que me honrou com um aparte; ao Sr. Governador do Estado, enfim, as pessoas que não querem enxergar, que não querem ver. Não falei em acadêmicos lecionando, mas sim naqueles homens filiados à Associação dos Professores do Paraná, aos professores licenciados de muitos anos, de 10, 20 anos.

Não falei em acadêmicos, não falo em acadêmicos, falo com provas que somente o Sr. Secretário de Educação deste Estado não entende.

A nossa intenção é tão somente defender o professor paranaense que está alijado, é defender o ensino paranaense. Não sou que estou falando. É uma advertência do corpo jornalístico, de professores do Paraná, de homens que estão vivendo e sentindo a educação de perto. Esta é uma advertência, é um alerta que estamos fazendo com antecedência, Deputado Quielse Crisóstomo, aos responsáveis pela educação neste Paraná. Os prejuízos, em termos qualificativos, surgirão com o decorrer do tempo. As reclamações já existem, como V. Exa. falou de que Deputados do MDB vêm a esta tribuna para denunciar apadrinhamentos políticos sem cabimento da ARENA. O MDB não tem apadrinhado político em nenhum Grupo deste Paraná. Nenhum Sr. Deputado do MDB com assento nesta Casa, tem zeladora que seja apadrinhada por ele em nenhum grupo do Estado; que dirá no respeito a direção de grupo Escolar. Esta pecha vai de volta com juros e correção monetária.

O que queremos é dar conhecimento ao Paraná da lisura nesta tribuna dos componentes da bancada do MDB. Estamos somando com ilustres Deputados da ARENA, mas queremos que a verdade venha à tona. Queremos que o Paraná seja esclarecido, mas não com conversas evasivas do Sr. Secretário de Educação e Cultura que nada entende de educação. Respeito o Sr. Borsari Neto como homem público atuante e digno de exercer qualquer função na administração do Estado, menos de Secretário de Educação.

Queremos transferir, na tarde de hoje, a responsabilidade ao Executivo Estadual deste Estado, com respeito aos efeitos negativos do regime de trabalho preconizado por este Decreto. O professor fica numa encruzilhada: se não aderir ao regime de 44 horas não ganhará o suficiente para se manter. Ficará sem suas aulas, terá que realizar maratonas e poderá perder ainda o emprego. Depois, Srs. Deputados, fácil será avaliar o desgaste físico e mental em que se encontrará o Professor no encerramento de cada período letivo.

"Admitir a possibilidade de cumprimento desta carga horária, é uma temeridade para o Ensino paranaense, é um crime quanto à qualidade do ensino a ser ministrado, que não é boa ou então encerra uma escalada em terreno alheio, sem a necessidade de competente assessoria. Já está demasiadamente provado neste País, que a improvisação pura e simples em matéria educacional, são sempre perniciosas, e a atividade sim, que é o ensino, fica sempre em segundo plano. Ouso acreditar, Senhores Depu-

tados, que um assessoramento por parte do egrégio Conselho Estadual de Educação, que existe também para isto, não teria ocasionado nenhum mal, e talvez o decreto não tivesse a infeliz redação com que se apresenta, e a sua inspiração poderia causar outro efeitos...".

Queria abrir um parêntesis, Senhores Deputados, nesta Casa, para rememorar a este Paraná, uma outra mensagem oriunda do Poder Executivo, que veio a este plenário, falando e rememorando a EMOPAR, onde um Sr. Deputado desta Casa, teve que a infelicidade, a má orientação, o mau preparo, o mau assessoramento do Governo do Estado do Paraná fosse, nesta Casa, corrigido como foi. Então, é nisto que nós queremos que o Governador seja decente, como foi o ano passado; que tenha para com os paranaenses, para com a educação do Paraná, a decência que ele teve com a EMOPAR, porque, sem um simples abano daquela casa do nosso lado aos Srs. Deputados da ARENA, aquele Substitutivo do Deputado Luiz Roberto Soares não teria sido aprovado por esta Casa; bastaria um aceno do Sr. Governador e o Projeto seria aprovado como tinha vindo, na sua naturalidade, como foi feito. Então é isto, Senhores Deputados: este Decreto 1495 é uma vergonha para a educação do Paraná. Se a Executiva da ARENA aceita respostas infundadas, evasivas e infantis de que acadêmicos lecionam, nós, posso até falar creio pela maioria desta Casa, não iremos concordar com uma resposta desta natureza.

Concedo, pela ordem de inscrição, aparte ao Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Luiz Carlos Zuk, queria, no aparte que V. Exa. me concede agora, tratar de me referir ao decreto paralelo aqui pronunciado há pouco, pelo Deputado Quielse Crisóstomo.

Em todo caso, ouço, agora Sua Excelência pedir um aparte e também prefiro, agradecendo a gentileza do aparte que me concede, prefiro aguardar que o Deputado Quielse Crisóstomo, quem sabe, neste novo aparte, possa trazer uma coisa de mais verdadeira, mais útil a este debate.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Concedo então aparte, ao Sr. Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Deputado Luiz Carlos Zuk, V. Exa. tem oportunidade primeira de sua bancada, a abordar o assunto que o leva à tribuna, e que para nós não é surpresa alguma, o assunto em tela.

Sobre o Decreto 1495, que dispõe sobre a distribuição de aulas suplementares do Estado para os 19 e 29 graus, eu tive, talvez dentre os primeiros Deputados, a minha posição aberta, em todo o Estado do Paraná. Talvez V. Exa. tenha tido informação através dos meios de comunicação do nosso Estado, dos nossos curtos pronunciamentos, mas, da posição, irreversível.

Ao tomar conhecimento, creio eu mesmo antes da assinatura deste decreto, eu já pronunciara, junto ao Secretário da Educação, o meu Ponto de vista contrário, mesmo ainda sem conhecer a sua redação, preocupava-me, e, é o motivo principal da solicitação, deste aparte, que V. Exa. gentilmente me concede, preocupava-me o aspecto mais do que político ou social, o humano, de tantos quantos lecionaram em 1975 já de alguns anos atrás, tendo como sustentação básica de seus familiares ou sua própria do professor, aqueles vencimentos e recursos oriundos das aulas suplementares, vêm agora, ao início de 76, os seus homens não fazendo parte dos contemplados ou dos convidados para lecionarem no primeiro ou segundo grau do Estado.

E minha preocupação é justamente esta, muito mais que técnica, pois não entendo de educação, principalmente no que diz respeito à técnica educacional na sua administração que exige, como V. Exa. disse, mais do que tudo, experiência. Mas me preocupava e me preocupo, embora não saiba o número de professoras que ao longo de muitos anos lecionando, vêm, com surpre-

sa, de uma hora para outra seu emprego perdido. É sobre este aspecto que me preocupo e pedi o aparte para reiterar meu ponto de vista. Disse a minha opinião ao Secretário de Recursos Humanos e ao Secretário de Educação e Cultura e, no meu entendimento, este decreto merecia ser reexaminado.

Professores que lecionam — repito — há vários anos e que não podem voltar às aulas e, conseqüentemente, ganhar o pão de cada dia. Eu, que me manifestei sobre isto logo nos primeiros dias em que se comentou este decreto, esperava e procurei sensibilizar os responsáveis para que se reexaminasse este decreto, para que se avaliasse, para que se pudesse conseguir algumas informações do interior.

Cheguei até a sugerir que Inspectores Regionais do Ensino viessem para Curitiba para dizer cada um deles o seu ponto de vista acerca do decreto. Que pudessem dizer quantos lecionavam e quantos deixarão de lecionar em 1976. Lamentavelmente as aulas reiniciaram hoje em todo o Estado e não vejo mais condição alguma de reexame deste decreto. O que penso — e não falo em nome da bancada e sim do meu próprio — é que haverá de se apresentar a esta Casa alguma coisa que dê solução, senão a todos os casos, pelo menos algumas providências imediatas e sérias, não se permitindo que milhares de professores fiquem sem voltar às suas escolas, onde ganhavam seu sustento.

Mas, Deputado Luiz Carlos Zuk, disse que é pensamento meu e ponto de vista pessoal meu. Também como V. Exa. estarei esperando a palavra ao líder do meu Partido, Ivo Thomazoni, que irá dizer, sobre o decreto, o que pensa, o que sabe e o que poderá ser feito, quais as medidas para a solução do problema.

Antes que termine o aparte, queria deixar registrado que lamentavelmente as vozes que se levantaram no Paraná foram isoladas, como a minha, a sua e a de tantos outros Parlamentares.

Oficialmente, nem o meu Partido nem o seu, fizeram pronunciamento em defesa dos professores, contra ou a favor do decreto. Por isto digo que espero a palavra ao líder da minha bancada e, tenho a certeza, o líder da bancada de V. Exa. também irá à tribuna para dizer do posicionamento do seu Partido.

E quero crer que, se juntas as bancadas, tivessem tomado providência, oportunamente, talvez tivéssemos conseguido sensibilizar a área administrativa, para que alguma coisa fosse feita, no reexame deste decreto.

Assim sendo, Sr. Deputado, agradeço a oportunidade deste aparte, e muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Antes de conceder o aparte ao Sr.

Deputado Quielse Crisóstomo, queria, dar o meu testemunho a este Plenário, de que o nosso líder do Partido, Osvaldo Macedo, em contato que mantivemos antes de viermos a esta tribuna, fazia com que a posteriori, uma reunião da bancada, da liderança do MDB, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que não tem a responsabilidade política da ARENA, porque o projeto partiu como exemplificou o nosso Líder, de uma atitude governista; de uma atitude da qual, a posição dos Srs. Deputados das lideranças do Paraná, da ARENA, têm e terão a responsabilidade por este decreto assinado pelo Sr. Governador deste Estado, já antecipava a nossa liderança, de que uma reunião iria ser efetivada em termos partidários. Nós já sabíamos de antemão, se não contássemos com o respaldo agora testemunhado também nesta Casa, pelo ilustre Deputado Basílio Zanusso, com alguns dos Srs. Parlamentares da ARENA, não teríamos a maioria desta Casa, para tentar de uma forma objetiva e concreta, fazer valer o posicionamento dos Deputados Estaduais da ARENA e do MDB. Para que o Governo sinta de que quando mexe com a educação dos nossos filhos; quando mexe com o futuro deste Paraná e deste Brasil, a responsabilidade não é só dele é nossa também.

E não poderíamos ficar omissos nesta participação que é de todos nós. Concedo o aparte ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUELSE CRISÓSTOMO — Nobre Deputado Zuk.

Teremos forçosamente que voltar em aparte, ao tema, porque foi reprisado também pelo Deputado Basílio Zanusso, o desemprego.

Quero deixar bem claro, de que também serei solidário, em qualquer movimento desta Casa, ou fora dela, no sentido de proporcionar a solução do problema do desemprego, àqueles que, qualificados ou não, vieram a perder o exercício de uma função pública, que defendiam até mesmo para a sua sobrevivência econômica.

Mas, nobre Deputado, nós não podemos e não devemos, no meu entendimento, e quero deixar muito bem claro, só usei o nome do meu Partido, quando disse de que o meu Partido através da sua Executiva, tomou uma iniciativa, ao chamar ao debate o Secretário de Educação, mas não disse, que o Partido tomou decisões a respeito do assunto.

Eu, é que me convenci; eu, Deputado estadual da ARENA e Secretário do Partido, eu, isoladamente.

E este meu pronunciamento deixa bem delimitada onde vai minha participação com relação à qualificação do Ensino. Lutarei, nem que seja sozinho, porque jamais alguém vai me provar que esse decreto veio desqualificar alguém.

Nobre Deputado, estudantes, perderam suas funções para professores formados. Mas, também professores formados perderam suas funções, é verdade, mas para outros mais qualificados na carreira.

Então V. Exa. pensa que eu também não tenho meus eleitores que perderam aulas?

V. Exa. pensa que eu também não tenho parentes que estão à procura de novas funções, porque perderam aulas? Eu também sou Deputado e tenho os mesmos problemas seus. Somente estou decidindo, e decidindo isoladamente, com relação à qualificação. E aí V. Exa. há de convir comigo, que se um estudante perdeu para um professor formado, ou se um professor formado, de muitos anos, perdeu a sua função, foi para outro mais qualificado.

É neste ponto que me fixo, nobre Deputado.

E o decreto teve, além da profissionalização de uma das mais árduas — haveria de começar com alguma coisa — visou a qualificação. E no meu entendimento começou bem. Embora o sacrifício de desemprego seja uma solução que nós todos haveremos de participar. Mas, para resolver o problema do desemprego, aí estarei com V. Exa. porque V. Exa. está comigo também.

Mas jamais concordo que se chame de ignorante o autor do decreto, de um decreto de tamanha profundidade técnica e humana.

Para o problema do desemprego, haveremos de encontrar uma solução. Humanizar o decreto se ele atingiu a sobrevivência de professores não qualificados — não entramos no mérito — vamos até eles.

Mas, na qualificação do Ensino do Estado — quero ainda mais uma vez repisar — vemos com olhares pessoais, uma melhor qualificação. Porque, professores perderam aulas, mas para aqueles mais qualificados. E mais um tópico do discurso de V. Exa. e que também foi abordado pelo Deputado Basílio Zanusso: no meu entendimento, e digo também dos professores, o número de aulas considerado excessivo, tive o cuidado de conversar com dezenas de professores. E eu tive a surpresa e eu iniciei meu aparte dizendo que, no princípio, eu estava inteiramente com V. Exa. solidário com o seu pronunciamento, e gradativamente, fui perdendo esse entusiasmo. Mas, como dizia, existem professores que têm um número muito maior de aulas do que 44, e esse número é muito maior que eu pensava, do que muitos pensavam.

A mim isso pareceu um absurdo, mas esta é uma realidade. Existem professores que dão muito mais de 44 aulas semanais. Eles vinham dando esse número de aulas e vão continuar dando, depois do decreto.

E digo mais a V. Exa. que o Decreto não foi intenção de uma só cabeça. Foram consultados muitos professores que concordaram integralmente com esse decreto, mas também as lideranças estão repartidas.

V. Exa. há de ter ouvido a Associação de Classe dos Professores, e há de convir comigo, que eu na minha pesquisa, cheguei à conclusão de que a maioria dos professores estão a favor das 44 aulas semanais.

Vou terminar por aqui. Agradeço a compreensão e a tolerância de V. Exa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Obrigado a V. Exa.

Concedo aparte ao nobre Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Louvo a atitude de V. Exa. por tratar de um assunto que desperta o interesse de todos os paranaenses, nesta hora.

Aparteio-o apenas para fazer um reparo.

O MDB, oficialmente, por mais uma vez, pronunciou-se favoravelmente aos Professores do Paraná que foram prejudicados pelo decreto injusto e desleal de número 1495, número que homenageia a Idade Média.

Srs. Deputados, como líder da bancada emiti Nota Oficial publicada por um jornal de Londrina e enviada por telex aos jornais de Curitiba, que, por algum desencontro, não teve publicação.

Nessa nota inclusive comentávamos que tínhamos julgado, inicialmente, que o Governo houvesse perdido o juízo quando da assinatura de tal decreto, porque mesmo nenhum Governador de Estado, nenhum Secretário de Estado poderiam ter assinado decreto como este que comete terríveis agressões ao direito e ao vernáculo.

Inicialmente mantivemos silêncio porque acreditávamos que o Governo visse que havia cometido um terrível erro. Mas, o Governo não voltou atrás até agora. Em nossa nota dizíamos aos Professores do Paraná que, quando da reabertura dos trabalhos desta Assembléia, quando da discussão do Estatuto do Magistério, utilizaríamos o único instrumento que o Deputado tem nas mãos para influir em matéria que trata do regime do funcionalismo público, do servidor público, uma vez que a Constituição confere exclusividade à iniciativa destas matérias ao Governador do Estado.

Dizíamos ao Professor do Paraná que, logo no começo de março, a bancada do MDB se reuniria para analisar pormenorizadamente essa matéria e o faremos na próxima terça-feira após o encerramento da sessão. Dizíamos, também, que aproveitaríamos a ocasião da discussão do Estatuto do Magistério para apresentarmos emendas que resguardassem os direitos e protegessem os direitos daqueles que são empregados do Estado, que sempre foram, mas que o Estado, como mau patrão, não os quis, até agora, reconhecer como empregados.

Já que vejo e ouço na bancada da ARENA vozes discordantes, gostaríamos de ter a certeza, desde logo, que contaríamos com a sua participação nessas emendas que o MDB pretende apresentar, depois de estudos, para revogar ou eliminar os efeitos maléficos deste famigerado 1495.

Devo acrescentar que o Diretório Estadual do MDB, na pessoa de seu Secretário Adail Sprenger Passos, esteve presente às Assembléias dos Professores do Paraná levando a palavra do nosso partido e confiança, e apoio moral e a solidariedade de nosso Partido a essa valorosa classe, tão prejudicada, por este Governo que, ao que parece, continua sem juízo.

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao nobre orador que seu tempo está esgotado, e concedo mais dois minutos para que possa terminar.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Queria tão somente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedir excusas aos outros companheiros por não poder conceder mais apartes, uma vez que meu tempo está esgotado.

Ao finalizar, Sr. Presidente, pedimos às representações políticas desta Casa que, em termos paranaenses, façam com que aquele posicionamento futuro a ser encarado pelos homens do MDB, seja encarado como sendo dos homens do Paraná.

A posição do ilustre Deputado Basílio Zanusso, mesmo pertencendo à ARENA, faz com que acreditemos, como sempre acreditamos, que nesta Casa a diferença de filiação partidária se identifica quando as aspirações e principalmente os reclamos da família paranaense estão em jogo.

Queríamos ao encerrar, Sr. Presidente, fazer com que Edwino Ferreira, fechou o seu tema **POLÍTICOS X EDUCAÇÃO**, fosse o mesmo nosso desta tarde, onde está inserido de que "Cristo diz que a árvore se conhece pelos frutos", e é isso que nos põe uma pulga atrás da orelha, porque na elaboração e execução deste decreto, o Homem não esteve presente. Não estamos fazendo afirmações levianas, os fatos estão aí para quem quiser ver - desgrazadamente, o técnico, o que elabora, o que faz, o que assessora, está substituindo aquilo que nós temos, que é o sentimento humano, principalmente nas ações do Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Srs. Deputados, muito obrigado Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimentó de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Alziro Zarur, Fundador e Presidente Mundial da Legião da Boa Vontade, reverenciando os milhares de "legionários" e simpatizantes dessa entidade gigantesca, pelo extraordinário trabalho que desenvolvem melhorando o Brasil e trazendo felicidades para o nosso povo. — **APROVADO.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, sexta-feira, às 10,00 horas.

Levanta-se a sessão.

---